

INFORME

Uma Publicação do Departamento de Economia - UFPI - nº 8

Ponto de Vista

Último
número
desta década!

E estamos super felizes! Como? Nos últimos 3 anos, vencemos o descaso, o desânimo e inúmeros atropelos. Estamos mais fortes e maiores. Nossa publicação agora possui vinte páginas! Aprendemos a conviver com a falta da tinta p/ impressora, do papel-jornal, com o computador quebrado. Brigamos? Demais! É enlouquecedor e enriquecedor 'viver' o cotidiano, seja onde for. Numa universidade brasileira, então..

Desejamos aos leitores amigos **Feliz Ano Novo!** Nossa mensagem de **Natal** é o texto da corajosa piauiense, Auri Lessa - fundadora e militante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Piauí.

Agradecemos o apoio recebido dos docentes e discentes do Curso de Economia, que tornam possível esta publicação. Citamos de maneira especial, os professores que contribuíram com este número: Almir Bittencourt, William Jorge Bandeira, Francisco H. L. da Rocha, Edson José de C. Lima, Samuel da C. Filho, Tiago C. Rosa, M^o do Socorro Lira Monteiro e Ricardo Alaggio Ribeiro. Aos professores da Universidade Federal do Ceará, Manoel B. de Almeida e Alfredo José P. de Oliveira e o sociólogo Clóvis Moura, os nossos mais sinceros agradecimentos pela contribuição. O nosso reconhecimento à Gráfica da UFPI e à Fundação CEPRO.

Esperamos continuar com o nosso trabalho décadas à frente, pois como já disse o poeta 'navegar é preciso...'

Até 2000!

o que é mesmo o natal ?

auri lessa

*fiz as contas, fiz os cálculos
a relação dos presentes
escrevi lindas mensagens
para os amigos, parentes
mandei via telefone ,outras pela internet
corri ao shopping, às compras
é natal...*

o ritual se repete

mas afinal

o que é mesmo o natal ?

*é a história de um menino
nascido lá no oriente
muito distante da gente
há dois mil anos atrás ?
também eu pensava assim
até que naquele dia, uma véspera de natal
quando parei num sinal
aproximou-se JESUS
pequenino maltratado fôra já crucificado
e ofereceu-me o jornal
pegou uma flanelinha e limpou o para-brisa
estendeu sua mãozinha
pediu-me algum trocado
de tão forte a emoção
daquela vez não fugi os vidros do carro abri
deixei que meu CORAÇÃO
fizesse aquele contato
ali eu vi deus menino
menino jesus de fato
pelas ruas apanhando, nas calçadas se drogando
levando minha sacola
sem família, sem escola, engraxando meu sapato
vi esse mesmo menino
esse menino jesus
morando em um orfanato
tentando matar a fome
com os restos do meu prato
enfermo em um hospital...
pus meu olhos nos seus olhos
e envergonhada chorei
em silêncio agradei
porque com ele aprendi
o que é mesmo o natal...*

C
O
N
Ô
M
I
C
O

Confira Indicadores pág. 20

INCENTIVOS FISCAIS O CASO DO EST

Manoel Bosco de Almeida*
Almir Bittencourt da Silva**

O recente processo de industrialização do Ceará apoia-se no programa de incentivos fiscais concebido pelo Governo estadual. Neste trabalho, analisamos os principais aspectos deste programa e os resultados já alcançados.

A industrialização recente do Estado do Ceará tem-se assentado em dois pressupostos básicos. Em primeiro lugar, a realização do ajuste fiscal e a reestruturação administrativa viabilizaram a mobilização dos recursos financeiros necessários à implantação de obras de infra-estrutura econômica indispensáveis ao desenvolvimento do Estado, notadamente da atividade industrial. Essas ações, além do mais, possibilitaram ao Governo estadual a apresentação de contrapartidas em financiamentos concedidos por instituições financeiras nacionais e internacionais, resultando numa ampliação dos recursos disponíveis para aplicação nos programas de obras previstas no planejamento local.

Em segundo lugar, destaca-se a implementação de uma ação estratégica com vistas à atração de investimentos industriais, denominado de Programa de Incentivos ao Funcionamento de Empresas (PROVIN), que busca ao mesmo tempo diversificar a estrutura econômica do Estado

e induzir a interiorização do desenvolvimento industrial, criando, assim, possíveis pólos econômicos nos municípios.

O principal instrumento de atuação do PROVIN refere-se à concessão de incentivos aos investidores, oferecendo-lhes um financiamento (empréstimo) proporcional ao imposto (ICMS) devido na proporção de 45% do valor pago, no caso de plantas localizadas na RMF (Região Metropolitana de Fortaleza), e de 75% para plantas localizadas fora da RMF. Adicionalmente, à época da quitação do financiamento, as empresas recebem um rebate sobre o total a pagar, variando este valor em função da localização da planta. Assim, o rebate poderá ser de 40% para as plantas localizadas na RMF e de 75% para aquelas outras localizadas fora dessa região.

Constata-se, pois, que na efetiva liquidação do financiamento as empresas obtêm, na realidade, um subsídio fiscal (uma renúncia fiscal do Estado) de 18% e 56,2% do empréstimo devido, conforme as plantas estejam localizadas respectivamente na RMF ou fora dela. Deve-se mencionar, por sua relevância, que devido ao fato de a base da concessão do financiamento ser a efetiva liquidação do ICMS gerado, a renúncia fiscal e o próprio financiamento ocorrem após

o início do funcionamento da planta industrial e, portanto, da produção e venda dos produtos.

Como era previsível, o instrumento de incentivos fiscais expresso pelo PROVIN, associado à credibilidade do governo em honrar os compromissos assumidos, que minimizou o ambiente de incertezas, resultou em um fluxo significativo de investimentos para o Ceará, no período 1987-1997. Como pode ser visto na Tabela 1, os resultados deste programa foram bastante significativos, tanto em termos do montante de investimentos como de geração de empregos e interiorização da atividade industrial, particularmente no período 1995-97. O investimento total previsto para o período 1991-1997 foi de R\$ 5.245,4 milhões, a preços de julho de 1997, e o emprego resultante foi de 467,25 mil, sendo 93,45 mil diretos e 373,8 mil indiretos. Em julho de 1997, do total de 446 empresas, 98 já estavam funcionando, sendo que 73 na RMF. Este último conjunto de empresas totalizava um investimento de R\$ 1.004,4 milhões e uma geração estimada de empregos diretos de 20,4 mil, representando, respectivamente 19,1% do investimento total e 21,8% dos empregos diretos previstos.

Merece destaque ainda o fato de que, no período 1995-1997, o número de empresas instaladas

TABELA 1
Programa de Promoção Industrial e Atração de Investimentos- 1991-1997

Período	Quantidade		Nº de Emprego (1000)			Investimentos Em R\$ (1.000.000)
	RMF	Total	Diretos	Indiretos	Total	
1991-1994						
A	151	204	44,50	178,0	222,50	2643,7
B	50	66	11,1	44,2	55,3	613,61
1995-1997						
A	140	242	48,95	195,8	244,75	2601,7
B	23	32	9,3	37,2	46,5	390,79
TOTAL						
A	291	446	93,45	373,8	467,25	5245,4
B	73	98	20,4	81,4	101,8	1004,4

Fonte: SIC-Ce

A- Total de empresas

B- Empresas em funcionamento

E INDUSTRIALIZAÇÃO: ADO DO CEARÁ

e a instalar já superava o total alcançado ao longo do período 1991-1994. Este mesmo resultado verificou-se em termos de geração de emprego e volume de investimentos. Já do ponto de vista da interiorização, a redução no número total de empresas na RMF no período 1995-1997, quando comparado ao período anterior, é um indicador dos efeitos indutores do PROVIN, uma vez que os incentivos e a renúncia fiscal do Estado são maiores para as empresas que se instalam nos municípios interiores.

Em relação a esse último aspecto, observa-se que a RMF ainda concentra um número significativo de empresas incentivadas, cerca de 65,2% do total das empresas instaladas ou com instalação prevista. Constatou-se, portanto, que o processo de interiorização de indústrias no Estado é além de tímida, questionável, apesar do PROVIN, pois, como mostra estudo recente realizado pelo BNDES, ainda há uma forte concentração dos investimentos industriais e empregos diretos previstos (Ver Tabela 2), na RMF e áreas adjacentes.

De acordo com a Tabela 2, observa-se uma evidente concentração dos investimentos pre-

vistos na RMF, destacando-se nesta região sobretudo os municípios de Maracanaú, Caucaia, Fortaleza e Aquiraz. Cerca de 61,7% dos investimentos, referem-se a projetos industriais localizados na área polarizada por Fortaleza. Por outro lado, a instalação dos Pólos Metal-Mecânico e Petroquímico no complexo portuário do Pecém, com fortes reflexos nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, tende a intensificar a concentração espacial dos empreendimentos na RMF. No caso de se considerar este último município em conjunto com os integrantes da RMF, a porcentagem dos investimentos previstos para esta área elevar-se-ia para cerca de 87,4%.

Outro aspecto a considerar, a partir dos dados da Tabela 2, refere-se à previsão de criação de empregos diretos como resultado dos investimentos previstos. Constatou-se que no município de São Gonçalo do Amarante, os investimentos apresentam uma elevada razão capital/trabalho, cerca de R\$ 1,06 milhão por emprego direto gerado, sendo, assim, muito superior ao verificado para o restante do Estado, cuja relação média é de R\$ 43,16 mil. Essa característica dos investimentos previstos para

o Complexo Portuário do Pecém deverá tornar-se ainda mais nítida com a instalação do Pólo Petroquímico e da Termoeletrica.

Concluindo, podemos destacar três importantes observações sobre o recente processo de industrialização ocorrido no Ceará: primeiro, constata-se que houve efetivamente um incremento na oferta de empregos diretos e indiretos no setor industrial; segundo, o volume e a natureza dos investimentos implantados e previstos deverão fomentar, no médio prazo, a mudança de perfil da indústria cearense, tornando-a mais moderna, diversificada e dinâmica e, por último, observa-se uma persistente concentração industrial na Região Metropolitana de Fortaleza, embora tenha ocorrido efetivamente um processo de interiorização de alguns segmentos industriais ●

*MANOEL BOSCO DE ALMEIDA é professor do Curso de Mestrado em Economia da UFC/CAEN, Phd em Economia

**ALMIR BITTENCOURT DA SILVA é professor de Economia do DECON/UFPI, Mestre em Teoria Econômica/CAEN

TABELA 2
Principais Investimentos no Ceará, por Município^a

Municípios	Total de Investimentos (US\$ Milhões)	Empregos Diretos	A partir de 1995		
			Municípios	Total de Investimentos (US\$ Milhões)	Empregos Diretos
São Gonçalo do Amarante	841,8	92	Limoeiro do Norte	20,0	1.730
Maracanaú	709,6	11.714	Morada Nova	17,5	488
Caucaia	291,8	11.223	Juazeiro do Norte	17,4	631
Fortaleza	208,3	5.813	Aracati	12,0	685
Aquiraz	202,8	1.495	Itapipoca	12,0	1.000
Pacatuba	186,6	3.869	Iguatu	11,5	1.129
Horizonte	153,2	5.434	Itapagé	11,5	1.560
Eusébio	132,1	2.086	Quixeramobim	10,8	1.245
Maranguape	95,2	3.522	Paracuru	7,0	400
Crato	79,8	2.550	Crateús	6,1	1.028
Quixadá	63,7	1.690	Forquilha	5,2	560
Sobral	50,0	2.121	Santa Quitéria	5,0	450
Ubajara	50,0	650	Umirim	2,5	300
Pacajus	42,2	1.685	Uruburetama	2,5	300
Barbalha	29,8	1.456			

Fonte: Denise Andrade Rodrigues, Revista do BNDES, v.5, n. 10, p. 151-174, dez. 1998

^aA partir de 1995.

CONJUNTURA, ESTRUTURA E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL

WILLIAN JORGE BANDEIRA*

Nos últimos anos a análise de conjuntura econômica através de fundamentos macroeconômicos tem ganhado muita audiência no Brasil e no mundo. Proliferam nas revistas, acadêmicas ou não, cenários macroeconômicos dos mais simples aos mais sofisticados. A razão disso deve-se a importância atribuída às variáveis agregadas, tais como taxa de juros, taxa de câmbio, taxa inflacionária e taxa salarial, como determinantes do nível de atividade econômica e que exercem influência decisiva em vários setores econômicos.

As referidas variáveis são importantes também porque exercem efeitos no nível da demanda agregada. A taxa de juros, por exemplo, atinge diretamente a demanda por bens de consumo duráveis e exerce influência importante na demanda de bens de consumo não-duráveis. Aparece também como variável relevante nas decisões de investir, embora seja o estado de confiança (expectativas) no futuro da economia que aparece como variável decisiva, porém os juros se referem a rendimentos financeiros que concorrem com investimentos físicos e quando os ativos financeiros apresentam taxas de rentabilidade mais atrativas, inibem fortemente os investimentos reais, levando a preferência pela liquidez dos investidores que preferem aplicar seus capitais em ativos de curto prazo.

A taxa de juros apenas parcialmente é determinada pela política monetária do Banco Central e/ou pelas decisões do Copom. Um componente importante dos determinantes dos juros são as expectativas dos agentes econômicos, expectativas essas que se formam nos mercados financeiros e monetários em função de indicadores ligados a dívida pública, ao desempenho da economia e ao sistema de preços, dentre outros.

Expectativas de crescimento da dívida pública (interna ou externa) significam esperar necessidades maiores de financiamento para o setor público, tendo como consequência imediata o aumento das taxas de juros nos mercados futuros e mudança de rumo na taxa presente. Logo, as expectativas dos agentes

colocam limites às ações do governo quanto ao nível das taxas de juros.

A taxa de câmbio apresenta importantes determinações sobre a economia, sobretudo na demanda externa, nos preços internos e no fluxo de capitais com o exterior. A sobrevalorização artificial do câmbio representa perda de competitividade no comércio exterior, embora permita importações mais baratas de máquinas, insumos e matérias-primas que vêm melhorar a produtividade interna. O câmbio desvalorizado melhora a competitividade das exportações, mas encarece as importações e afeta negativamente a demanda interna pela perda de poder de compra dos trabalhadores.

A exemplo da taxa de juros, a taxa de câmbio sofre fortes influências das ações dos investidores internacionais e da política governamental. O governo exerce intensa vigilância sobre o câmbio porque seu movimento tem efeitos marcantes sobre os preços internos e o nível das reservas internacionais, as quais balizam a confiança do país por parte dos agentes econômicos, em termos de pagamentos externos. Aqui reside uma das fontes de instabilidade no Brasil, pois o câmbio flexível fica exposto a toda espécie de turbulência externa, afetando, intensamente, variáveis internas cruciais, tais como preços, juros e a própria dívida interna.

A taxa inflacionária sofreu reajuste modesto com a forte desvalorização cambial, mas não se pode descartar algum refluxo inflacionário no futuro. Por enquanto, a manutenção da demanda agregada em nível baixo, mantém os preços represados devido às dificuldades de repasses de custos. Assim, pode-se aceitar a hipótese de uma certa dose de inflação reprimida, que pode significar um aumento do patamar dos preços absolutos quando o PIB voltar a crescer a taxas acima de 3% ao ano.

Os salários no Brasil continuam baixos, decorrentes da baixa produtividade relativa aos países ricos, embora tenha se verificado ultimamente um ligeiro aumento do salário médio, até mesmo nos setores informais, embora às custas do aumento do desemprego. Esse resultado pode ser atribuído à aceleração do aumen-

to de produtividade advindo das reestruturações empresariais dos últimos 10 anos.

Porém, a análise de conjuntura não pode prescindir da análise estrutural, pois é esta última que condiciona a primeira. A distribuição de renda, por exemplo, é uma variável estrutural de forte determinação em relação à conjuntura. A alta concentração de renda no Brasil condiciona uma alta propensão marginal a consumir, embora sendo baixa a demanda média, porque deixam milhões de brasileiros à margem do mercado, determinando uma grande demanda reprimida. Fato que determina um mercado de estreitas proporções, contribuindo decisivamente para a baixa eficiência operacional das empresas, sobretudo por criar problemas de escala produtiva.

O nível educacional no Brasil é bastante baixo, mesmo comparado com alguns países da América do Sul. O grau de analfabetismo é vergonhoso. Essa condição é uma das responsáveis pela baixa produtividade, pelo alto índice de pobreza e de marcantes desigualdades sociais. É mais uma condicionante estrutural de peso que dificulta bastante uma mais rápida absorção dos novos processos de produção e de gestão que fazem parte da revolução tecnológica e industrial que se passa no mundo.

Outra condição estrutural é a fragilidade tecnológica da indústria brasileira. Os dispêndios industriais médios em P&D e treinamento de pessoal se situa em níveis próximos a 0,7% a 0,5%, respectivamente. Além disso, as bases tecnológica e organizacional, no Brasil, estão fortemente defasadas em relação ao mundo de hoje, com grande contraste entre o quadro internacional e o brasileiro, determinado pela mudança de paradigma das tecnologias intensivas em capital e pela introdução da produção flexível, fato que exige gastos muito mais amplos em P&D e grandes esforços em treinamento e reciclagem de trabalhadores. Essa situação reforça ainda mais a dependência do país ao capital estrangeiro a ponto de transferir para o exterior, somente

1998, cerca de 19 bilhões de dólares em dividendos, lucros e juros líquidos. Eis aí uma das fontes da dívida externa brasileira, a qual foi agravada com a perda da condição superavitária da balança comercial. A dependência tecnológica é tão grande que cerca de 80% das patentes existentes em países em desenvolvimento estão em poder de residentes nas nações desenvolvidas:

"A grande massa de trabalhadores está à margem do processo sindical, a não ser pela obrigação de pagamento de imposto sindical anualmente".

O financiamento através da entrada de capitais de investimentos estrangeiros só vai agravar a situação no futuro, pois o capital que entra não está sendo investido em setores exportadores. Cerca de 81,8% dos 45,3 bilhões de investimentos diretos no Brasil entre 96 e 98 foram aplicados no setor serviços. Setor de baixo poder exportador.

Outros problemas estruturais já foram bastante comentados em artigos anteriores. Não é demais lembrar as "badaladas" propostas de reformas encaminhadas ao Congresso e que não se tem ainda perspectivas de resolução de modo satisfatório. Trata-se das reformas previdenciária, tributária, administrativa, trabalhista, além da lei das responsabilidades fiscais.

Pode-se colocar, ainda, a frágil e desigual estrutura sindical brasileira, a qual concentra poder em poucas categorias de trabalhadores, a maior parte delas sendo do setor público. A grande massa de trabalhadores está à margem do processo sindical, a não ser pela obrigação de pagamento de imposto sindical anualmente.

Em suma, com tantos problemas de ordem estrutural no Brasil, somente os adeptos de soluções milagrosas e/ou daqueles que acham que o Estado pode tudo, podem esperar que o PIB cresça de forma sustentável. Nem tampouco se pode valorizar a tese da oposição entre estabilidade e crescimento. A estabilidade é necessária para o crescimento sustentável, mas este só é possível com o encaminhamento das soluções para os problemas estruturais. E é aí que se faz necessário um projeto nacional de desenvolvimento abrangente ●

*WILLIAN JORGE BANDEIRA é professor do DECON/UFPI, Doutor em Economia pela Unicamp, Consultor da WJB-Consultoria & Projetos Ltda.

A NOVA ECONOMIA E O CICLO DE NEGÓCIOS

WILLIAN JORGE BANDEIRA*

A economia caminha aceleradamente, no terceiro milênio, para consolidar a globalização dos mercados, com as empresas procurando estabelecer estratégias de atuação a nível global. Processos de fusões, incorporações, aquisições, associações e absorções entre empresas, deverão dominar a cena econômica nos principais países industriais.

Assiste-se, hoje, a uma maciça incorporação de novas tecnologias nos processos de produção e nos produtos, correspondendo a uma intensa disputa por mercados à base de inovações tecnológicas, com transformação de "commodities" em produtos de marca e diminuição do ciclo de vida dos produtos pela introdução de produtos novos ou com acréscimo de valor em produtos antigos. Tudo isso, no contexto de uma forte integração produtiva entre as nações, similar a dos mercados financeiros, gerando a necessidade de mudanças radicais nas políticas econômicas nacionais, principalmente às ligadas às bases fiscal, monetária e cambial, as quais deverão estar articuladas à lógica dos mercados real e financeiro a nível mundial.

No Brasil vão ser intensificadas as discussões de participação em mercados regionais no sentido de definir posições nas áreas de mercados da Alca, da Europa e da Ásia.

Mas a nova economia se define, também, por intensa incorporação nos processos produtivos e nos produtos de componentes derivados da tecnologia da informação. Essa incorporação já é tão intensa que os investimentos em tecnologia da informação nos processos produtivos e operacionais das empresas, em muitos casos, já superaram os investimentos em maquinaria pesada. As empresas modernas mudarão radicalmente de configuração, em que seus ativos mais valiosos serão a capacidade criativa baseada em seus recursos humanos e em ativos intangíveis (chips, softwares, patentes, processos, habilidades, tecnologias, marcas, informações sobre clientes e

fornecedores e experiência). É o processo de desmaterialização em curso (capital desincorporado), em que os recursos intangíveis assumem primazia sobre os recursos tangíveis.

A literatura especializada informa a evolução deste processo com os seguintes indicadores: segundo estimativas para os Estados Unidos na década de 90, a informação tornou-se a fonte de aproximadamente três quartos do valor agregado nas indústrias, os automóveis movidos a gasolina, têm mais microchips do que velas de ignição, mais da metade do custo de exploração e extração de petróleo tem a ver com informação. As empresas voltadas para o conhecimento adquirem maior valor de mercado do que em presas tradicionais que ainda têm o capital físico como principal patrimônio. A IBM possuía um capital físico, livre de depreciação em 1996, de cerca de 16,6 bilhões de dólares, enquanto que o capital físico da Microsoft era de apenas US\$ 930 milhões, no entanto, o valor total capitalizado no mercado da IBM era de US\$ 70,7 bilhões; o da Microsoft era de US\$ 85,5 bilhões, grande parte desse valor, portanto, seria atribuído aos recursos intangíveis e sua imensa capacidade de gerar lucros.

Em 1991, as empresas americanas gastaram em tecnologia da informação cerca de US\$ 112 bilhões, contra gastos com tecnologia de produção de US\$ 107 bilhões. Por isso, Thomas Stewart, autor do livro "Capital Intelectual", considera o ano de 1991 como o Ano Um da era da informação, pois foi o ano em que os gastos em informação superaram os gastos em recursos físicos. Em 1982, os gastos com tecnologia da informação alcançaram a cifra de US\$ 49 bilhões. Portanto, esses gastos apresentam uma curva de crescimento exponencial (taxa de crescimento geométrica ao redor de 10% ao ano, entre 82 e 91). Sendo uma tendência inexorável, dá para projetar para as próximas três

décadas, pelo menos nas economias centrais, uma economia com uma lógica de funcionamento totalmente renovada, constituindo-se, portanto, numa verdadeira revolução.

Mudanças tão radicais na lógica do funcionamento da economia trazem repercussões profundas nas estratégias empresariais, pois os fatores críticos de sucesso na competição mudam intensamente, exigindo das empresas grandes esforços de mudanças e de criatividade, sem falar na necessária otimização de sua eficiência operacional, pensada em termos dinâmicos, pois as tecnologias de processos mudam com grande velocidade.

Outra questão crucial é o fato de que a competição em termos globais será intensificada, o que significa uma convergência na base tecnológica dos países participantes do jogo. Com isso, para os países que não possuem infra-estrutura tecnológica e de poder de criar inovações tecnológicas de forma autônoma, a única chance é o concurso de investimentos estrangeiros e/ou associações estratégicas com empresas detentoras de tecnologias apropriadas. Esses países se tornarão simples receptores de investimentos estrangeiros em setores chaves da economia e fornecedores secundários de peças e componentes, dentro da cadeia produtiva internacional, além de fornecedores de serviços de segunda classe. Gesta-se, portanto, uma nova divisão de trabalho internacional entre àqueles que detêm as novas tecnologias e os simples receptores das mesmas, além dos países excluídos do processo.

Com o predomínio do capital intelectual (intangíveis) no patrimônio das empresas, em que a tecnologia da informação ganha cada vez mais espaço nos processos produtivos e como componentes importantes incorporados ao valor dos produtos, o capital empresarial muda de configuração e passa a determinar de modo diferente o próprio ciclo dos negócios (o chamado ciclo econômico).

No universo do capital físico (bens tangíveis) o ciclo dos negócios é influenciado, em sua configuração e duração (tempo), pela vida útil dos equipamentos e/ou velocidade de depreciação imprimida pelas empresas aos mesmos, além do tamanho dos estoques acumulados. No universo dos intangíveis a renovação é muito mais veloz e os estoques tendem a zero. As novidades tecnológicas renovam-se rapi-

damente e dificilmente assumem configurações estáticas. Organizações virtuais aparecem e desaparecem como num passe de mágica, ao sabor de novas idéias e novos equipamentos processadores de informações. Assim, as novas idéias e a velocidade das informações, determinam (de modo inexorável), nessa nova economia, a configuração do ciclo dos negócios.

"Gesta-se, portanto, uma nova divisão de trabalho internacional entre àqueles que detêm as novas tecnologias..."

Os gastos em P&D, lançamentos de novos produtos, propaganda e marketing, logística, treinamentos e equipamentos de informações ganham importância notável, comandando e dinamizando a demanda agregada. Como esses gastos têm alto grau de incertezas e são de rápida renovação, os ciclos dos negócios passam a apresentar maior fluidez devido a maior velocidade na circulação das informações a nível global, e tempo de duração determinado, em grande parte, pela variação da riqueza nas aplicações financeiras.

Com isso, os mercados financeiros ganham dimensão extraordinária na determinação do ciclo dos negócios. Os governos gastarão grande parte de seu tempo e recursos na manutenção e/ou recuperação da credibilidade, o que significa a implementação de políticas micro e macro-econômicas que garantam indicadores econômicos dentro de parâmetros internacionais de confiabilidade. A rápida circulação de informações financeiras aumenta a intensidade de integração dos mercados e a movimentação da riqueza em forma financeira, influenciando decisivamente não só a aplicação de recursos em papéis financeiros, mas também, pelo efeito riqueza e pela formação de expectativas, as aplicações produtivas e os gastos em consumo.

Neste contexto, o ciclo dos negócios se potencializa em termos de instabilidade, sobretudo para os países fragilizados por problemas de balanço de pagamentos e com fortes dívidas públicas, colocando-se de forma mais intensa as discussões em torno de controles globais do sistema financeiro e dos novos formatos das políticas para o desenvolvimento econômico e de combate a pobreza. ●

PINOCHET :

FRANCISCO HEITOR LEÃO DA ROCHA*

I. O IAIO

Em 16 de outubro de 1998, o ex-presidente do Chile, general Augusto Pinochet Urgate, foi preso no Reino Unido, quando convalescia de cirurgia a que havia sido submetido na coluna, por solicitação da justiça da Espanha, através do juiz Baltazar Garzón, para responder por crimes contra a humanidade e crimes de genocídio, supostamente cometidos no período em que governou este país latino-americano, de 1973 a 1990.

O Gal. Pinochet comandou em 11 de novembro de 1973, um levante militar contra o Governo Constitucional do socialista Salvador Allende, que culminou com a morte do mesmo, no Palácio La Moneda, e na implantação do Estado de Exceção e Estado de Sítio, bem como a suspensão das garantias constitucionais e o fechamento dos poderes Legislativo e Judiciário.

Durante 17 anos o Gal. Pinochet governou o Chile como Chefe de uma Junta Militar liderada pelo Exército, tendo como integrantes a Aeronáutica, Marinha e Carabineiros (Polícia Militar).

A justificativa para a sublevação armada foi a eleição, em 1970, do socialista Salvador Allende, presidente da república, derrotando os candidatos tradicionais da democracia-cristã, e a política implantada, a partir de então, de aproximação com o Bloco Socialista, liderado pela então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, bem como, a possibilidade de transformação do Chile, em uma Nação Socialista, com mudança de aliança.

Dentro da estrutura de poder vigente nas relações internacionais após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, a América Latina foi transformada em zona exclusiva de segurança da Aliança Ocidental, capitalista, e o Leste da Europa, em zona exclusiva de segurança, da Aliança Oriental, socialista.

Em 1º de janeiro de 1959, com a ascensão de Fidel Castro ao poder, na Ilha de Cuba, houve a violação do conceito de zona de exclusividade de influência ou segurança, das superpotências com ameaça

O CONTRADITÓRIO JURÍDICO À DEMAGOGIA POLÍTICA

constante de retaliação, dos Estados Unidos da América. Por conseguinte, de acordo com o pensamento vigente nas relações internacionais, na época da sublevação militar no Chile, não seria aceitável uma nova modificação no cenário internacional, decorrente da implantação de mais um Governo Socialista, na América Latina.

Assim, a derrocaça do Governo de Salvador Allende estava inserido na complexidade da bipolaridade de poder, surgida em 1945, com o aparecimento de superpotências, e da divisão ideológica da Comunidade de Nações, entre Capitalistas e Socialistas.

O Gal. Augusto Pinochet, que era Comandante do Exército do Chile, escolhido pelo próprio presidente Salvador Allende, contou com apoio interno, da Democracia - Cristã, e apoio internacional dos Estados Unidos da América, e demais países da América Latina, com exceção de Cuba, para derrubar o Presidente Allende e restaurar o mando da Aliança Ocidental, no país.

O Gal. Pinochet, portanto, está há 13 meses detido no Reino Unido e envolvido no contraditório jurídico do Direito Internacional, que considera os Crimes de Genocídio e Contra a Humanidade, com vigência permanente, não caducos, e supranacionais.

2. A ACUSAÇÃO

Com o término da Segunda Guerra Mundial em 1945 e em decorrência dos crimes de genocídio e contra a humanidade cometidos pela Alemanha Nazista, durante os seis anos de duração deste conflito internacional, o Tribunal Internacional de Nuremberg, que julgou e sentenciou os governantes da Alemanha e Itália, presos após a guerra, inseriu no Direito Internacional, não haver prescrição desses tipos de crimes, podendo a qualquer momento, o acusado, ser preso e julgado, por atos cometidos no passado.

Pautado neste princípio do Direito Internacional, vários dirigentes nazistas foram presos nos últimos 54 anos e levados a julgamento, por crimes cometidos no período entre

setembro de 1939 e maio de 1945. Recentemente, um dirigente croata do Governo aliado da Alemanha Nazista, foi preso na Argentina, deportado para a Croácia, a pedido deste, julgado e condenado, apesar da idade avançada. Também, recentemente, o francês Maurice Papon, integrante do Governo de Vichy, que ocupou diversos cargos importantes nos últimos 30 anos, na França, foi condenado a 10 anos de prisão, pelas ações cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, apesar da idade avançada, 81 anos.

Estes fatos demonstram que os Crimes de Genocídio e Contra a Humanidade, não prescrevem. O juiz Balthazar Garzón, da Espanha, tenta convencer a mais alta Corte de Justiça do Reino Unido, que o Gal. Augusto Pinochet cometeu estes crimes ao longo dos 17 anos de poder no Chile. Os Desaparecidos, ou seja, pessoas que foram presas com a derrubada de Salvador Allende, pelas forças de segurança do Estado e não mais localizadas, são aproximadamente 3.500, das mais diversas nacionalidades, inclusive espanhóis.

O Pacto Político elaborado por Pinochet a partir de 1988, quando decidiu devolver o Poder Político aos civis em razão da iminência do término da Bipolaridade de Poder, estabeleceu a prescrição de todos os crimes político-militar, cometidos nos 17 anos de Estado de Exceção. Em outras palavras, a Justiça do Chile não poderia julgar os militares chilenos pelas ações desenvolvidas. De acordo com a Lei Magna do País, a questão dos Desaparecidos estava encerrada.

Com o consentimento dos Políticos do Chile, o Pacto foi assinado e a democracia restaurada. Pinochet entregou o cargo de Chefe de Estado ao democrata-cristão, Patricio Alwayn, em 1990, e permaneceu como Comandante do Exército até 1997, quando, em consonância com a Carta Magna, deixou o comando e assumiu a vaga de Senador Vitalício, por ter sido ex-Presidente.

E foi nesta condição de Senador da República, no exercício, que viajou ao Reino Unido, em visita privada, para ser submetido à cirurgia na coluna.

Perante o Direito do Chile e diversas convenções internacionais assinadas e ratificadas pelos países integrantes da Comunidade de Nações, o Gal. Augusto Pinochet têm imunidade diplomática, sendo ilegal a sua prisão e possível extradição para a Espanha. A violação da imunidade diplomática gera intranquilidade nos países e governantes, temerosos de terem seus atos internos, questionados e julgados à luz do Direito Internacional, em transformação.

3. O DIREITO INTERNACIONAL

O Direito Internacional têm passado por constantes mudanças após a Segunda Guerra Mundial, notadamente nesta última década do Século XX, acompanhando as transformações de natureza política ocorrida na Comunidade de Nações, em razão do fortalecimento da Democracia, e declínio dos Governos ou Regimes Totalitários e Autoritários.

A corrente clássica de pensamento do Direito Internacional, com destaque para o jurista Hildebrando Accioly, argumenta ser este essencialmente Recomendatório. Em outras palavras, as decisões adotadas com base no Direito Internacional, notadamente tratados e acordos assinados, somente passam a ter validade interna, nos países, depois de aprovados pelos Congressos Nacionais e ratificados pelos Chefes de Governos (Parlamentarismo) e Chefes de Estado (Presidencialismo). O princípio da Soberania Nacional continua Una e Indivisível. Neste caso, o Direito Internacional não poderá se sobrepor ao Direito Nacional. As decisões internas são coercitivas. As decisões internacionais, recomendatórias. Não existe poder político e jurídico internacional capazes de impor uma decisão internacional, sem que os países, com base no Direito Nacional, delibere pelo acatamento ou não. Há menos de um mês, o Congresso Americano (EUA), impôs expressiva derrota política ao Presidente Bill Clinton, ao não aprovar o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), as-

sinado por ele, e defendido na Comunidade de Nações. O Presidente Clinton é o principal defensor do TNP, nas relações internacionais. Mas Washington, apesar de ter assinado o Tratado, não poderá Ratificá-lo, nem Reconhecê-lo, pois o Congresso Nacional, desautorizou, mediante votação, a assinatura presidencial.

Uma nova corrente de pensamento do Direito Internacional tenta ganhar espaço nos derradeiros anos do século XX. Juristas brasileiros como José Francisco Rezek, Juiz da Corte Internacional de Justiça, com sede em Haia, Holanda e, Antônio Augusto Cançado Trindade, Juiz e Presidente da Corte Interamericana de Justiça, com sede em São José, na Costa Rica, defendem que o Direito Internacional, em casos explícitos de Crimes de Genocídio e Crimes Contra a Humanidade, possam ser coercitivos, independente da aceitação ou não pelo país interpelado.

A constituição do Tribunal Penal Internacional, com sede em Haia, Holanda, para julgar crimes de genocídio e crimes de guerra, cometidos em Ruanda e Burundi, na África Negra, e em Kosovo, na Federação Iugoslávia, é um exemplo claro da transformação do Direito Internacional, e da força coercitiva que está a conquistar nas relações internacionais.

Dirigentes de Ruanda e Burundi, bem como das Guerras ocorridas na Croácia, Bósnia-Herzegovina e Kosovo, estão sendo caçados, presos e submetidos a julgamentos, pelo Tribunal Penal Internacional, pelas acusações de Crimes de Genocídio e Crimes Contra a Humanidade. Contra o Presidente da Iugoslávia, Slobodan Milosevic, existe um mandato internacional de captura, expedido pelo citado Tribunal, em razão da política de genocídio desencadeada contra a população albano-kosovar, da Província de Kosovo. Milosevic, não pode deixar o território da Iugoslávia, nem visitar Kosovo, que continua como parte integrante da Federação.

A situação jurídica do Gal. Augusto Pinochet flutua entre estas duas correntes de pensamento. O Reino Unido reconhece o crime de genocídio, como crime contra a humanidade. Reconhece que para crime de genocídio não existe imunidade diplomática. Reconhece que fatos graves de desrespeito aos direitos humanos foram cometidos no Chile nos 17 anos de Poder do

general-Presidente. Reconhece, assim, o direito da Justiça da Espanha em requerer extradição do General. Aguarda do Juiz Balthazar Garzón, as provas materiais do genocídio ocorridos no Chile, para poder deliberar.

A defesa do General argumenta que somente a Justiça chilena pode julgar os possíveis crimes cometidos pelo General. Que os Atos em questão foram cometidos no território do Chile. Que o General é Senador Vitalício, com direito a imunidade diplomática, não podendo ser preso e julgado por terceiros países, sob pena da revisão dos tratados internacionais que tratam do assunto. Que o General têm mais de 80 anos de idade e saúde frágil, com dependência, inclusive de locomoção. Pôr conseguinte, a sua libertação e retorno ao Chile, é argumentada, em razão da natureza humanitária, do Direito. Que existe, outrossim, a disposição do Gal. Pinochet, ao retornar ao Chile, de se afastar totalmente da vida política do país. Renunciaria a vaga de Senador Vitalício e acalmaria as Forças Armadas que acompanham com intranquilidade, a reclusão do seu ex-Comandante-em-Chefe, no Reino Unido.

"O Juiz Balthazar Garzón, da Espanha, poderia iniciar o julgamento de responsáveis por Crimes de Genocídio e Contra a Humanidade, pelo próprio país".

Do ponto de vista político, a prisão do General causa instabilidade na frágil democracia do Chile.

4. A CONTRADIÇÃO POLÍTICA

O Juiz Balthazar Garzón, da Espanha, poderia iniciar o julgamento de responsáveis por Crimes de Genocídio e Contra a Humanidade, pelo próprio país. Durante 40 anos a Espanha foi governada pelo Generalíssimo Francisco Franco, aliado da Alemanha Nazista e da Itália Fascista, na Segunda Guerra Mundial. Durante a longa ditadura, cometeu genocídios e crimes contra a humanidade. Bombardeou Guernica, com apoio da Lutwaffe Alemã. Milhares de espanhóis indefesos morreram em virtude dos canhões de Franco e dos aviões de Hitler.

Toda forma de resistência republicana foi massacrada impiedosamente, assim como os bascos e catalões. Implantou um Governo Militar impiedoso com os adversários, que eram tratados como inimigos do Estado. Ao falecer de morte natural em 1975, Franco havia traçado a continuidade do franquismo com o coroamento do seu perceptor, Juan Carlos I, como Rei. Criado, desde criança, pelo ditador, foi preparado, como sucessor, e continuador do regime implantado em 1936.

Juan Carlos foi transformado em Rei, Chefe de Estado, o Parlamentarismo restaurado, na plenitude, e um Pacto Político assinado em 1976, objetivando conceder estabilidade à Espanha, pós-franquista. O Pacto de Moncloa foi assinado por todos os partidos políticos, inclusive o Comunista e Socialista, possibilitando o esquecimento dos crimes de genocídio e políticos, e concedendo aos militares e civis, imunidade e impunidade pelas ações praticadas.

O Pacto de Moncloa perdoou os crimes do franquismo, sem consulta à população. Foi uma decisão de Gabinete, objetivando manter a Espanha unida, coesa, capaz de se integrar à Europa Ocidental e buscar adentrar a Comunidade Econômica Européia, como de fato ocorreu.

A demagogia da política e da ação do Juiz Garzón reside não no fato de pretender desvendar crimes de genocídio e contra a humanidade, na Comunidade de Nações, e sim em esquecer propositadamente dos crimes da Era do Generalíssimo Francisco Franco, e do questionável, do ponto-de-vista do Direito, o Pacto de Moncloa. Por que, como espanhol, não desvenda primeiro os crimes de genocídio ocorridos no próprio país? Por que não julga os responsáveis pelo Massacre de Guernica? Por que não coloca no banco dos réus o Rei Juan Carlos - filho adotivo do Generalíssimo e seu sucessor - que nada fez durante a ditadura para aplacar a repressão aos opositores e ao nacionalismo.

Que responsabilidades políticas tiveram os senhores Adolfo Suárez e Manuel Fraga Iribarne no Regime Franquista? Estão vivos. Exerceram os mais destacados cargos políticos na Espanha do Rei Juan Carlos I e continuam ocupando posição de relevância no cenário nacional, tendo sido agraciados com títulos de nobreza.

Diante destes fatos históricos e indefensáveis fica insustentável a posição política do jurista Balthazar Garzón, que pretende julgar o Gal. Augusto Pinochet, do Chile, na Espanha, e nem sequer questiona a validade jurídica do malfadado Pacto de Moncloa, o primeiro entre os países de origem latina, a prescrever os Crimes de Genocídio e Contra a Humanidade.

Diante deste argumento, outrossim, o Juiz Garzón perde confiabilidade e credibilidade. Na verdade, o que ele busca é notoriedade internacional, quiçá, para ocupar, no futuro, uma cadeira de Juiz, de uma Corte Internacional de Justiça. Caso contrário, começaria a apurar crimes de genocídio e contra a humanidade, no próprio país, e não em terceiros.

Não sou defensor da impunidade, de ditadores e de arbitrariedades. Mas, não concordo com a demagogia política, com o exibicionismo individual, com a fraqueza de alguns que utilizam argumentos nobres e sérios pertinentes à humanidade, para o atingimento de interesses privados.

O Gal. Augusto Pinochet deve acima de tudo, ser julgado, pelos seus atos, mas pelo povo chileno, e não pela Comunidade de Nações, que continua fornecendo guarida a ditadores truculentos como Fidel Castro, de Cuba, e Jian Zeming, da República Popular da China. Assim pensamos ●

* FRANCISCO HEITOR LEÃO DA ROCHA é professor de Economia do DECON/UFPI, Doutorando em Integração Econômica. Mestre em Relações Internacionais e Especialista em Políticas e Estratégias. É Escritor e Jornalista Colaborador.

ERRATA

ASPECTOS RELEVANTES DA GUERRA DE KOSOVO

Os Curdos estão sendo massacrados e dizimados pelos governos da Turquia, Irã, Iraque e Síria, há décadas. Milhões de curdos já foram exterminados, neste Século, sem que os Estados Unidos da América, OTAN e Nações Aliadas, nada fizessem para evitar os massacres. No presente momento, desafiando a Europa, Washington e Comunidade de Nações, Ancara condenou o líder curdo Abdullah Ocalan à pena de morte. Fatalmente será enforcado pois a repercussão internacional do seu julgamento militar viciado, foi insignificante. Nenhum líder internacional condenou o Governo da Turquia por dizimar a população curda e de condenar à pena de morte o líder Ocalan.

O "RANKING" DO PRESTÍGIO E A BANALIZAÇÃO DA PESQUISA

EDSON JOSÉ DE CASTRO LIMA*

No Brasil de hoje, o desrespeito ao trabalho docente nas universidades públicas manifesta-se visivelmente pelo aviltamento dos salários pagos aos professores e pela precariedade das condições de atuação acadêmica. Esses fatores, dentre outros igualmente sérios, tem levado as instituições a um processo de deteriorização e descaracterização, chegando a comprometer a credibilidade que ostentavam. No caso específico da atividade de magistério, o problema se torna mais visível em virtude desta atividade estar mais diretamente identificada com o quadro de penúria que atingiu o nosso sistema educacional, e, em consequência, vem desmotivando os melhores profissionais a atuarem em salas de aula vez que somente o segmento ligado à pesquisa ainda permanece parcialmente "valorizado". O equívoco verifica-se, inclusive, no meio acadêmico onde, em muitas universidades, a casta dos "pesquisadores" tripudia sobre o trabalho daqueles que se dedicam exclusivamente à transmissão de conhecimento ao alunado.

A constatação mais séria sobre a tentativa de hierarquização valorativa das atividades acadêmicas, priorizando a "produção científica inédita", é de que esse comportamento tem contribuído para transformar excelentes professores em pesquisadores de ocasião. Assim, a missão do professor em sala de aula vem deixando de ser encarada como aquela que se deve transcender a todas as outras pelo seu alcance social na medida em que democratiza o conhecimento difundindo arte, ciência e tecnologia.

Cristóvão Buarque, em sua obra *A Aventura da Universidade*, retrata claramente essa questão quando afirma: "A dedicação ao ensino, a perfeição nas aulas, o trabalho de mestre

orientador de alunos de graduação não repercutem com impacto positivo na carreira de um professor universitário brasileiro. Muitas vezes esse professor ainda fica relegado e não é bem visto. Ao contrário, qualquer trabalho publicado e qualquer tese, até mesmo os que jamais serão lidos, sem a menor ressonância, são tomados como indicadores de produção e de criatividade acadêmica. Isso faz com que os professores abandonem as salas de aulas". Por sua vez, a obrigação de desenvolver pesquisas para galgar degraus na escala de poder e prestígio das universidades tem trazido sérios prejuízos às instituições que assim perdem preciosas horas do magistério de excelentes professores em favor do tempo por eles desperdiçado em muitas pesquisas superficiais e medíocres. Segundo Max Weber, "É puro acaso se esta dupla aptidão (referindo-se ao ensino e à pesquisa) se faz presente em um único homem".

Vale ressaltar, ainda, que a forte cobrança atualmente verificada em relação ao quantum de produção científica das universidades faz com que a atividade de pesquisa muitas vezes se constitua em mera obrigação funcional e/ou social que tende a desaguar na produção de cultura inútil. No mister, assim se manifestou Wladimir Kourganoff em seu livro *A Face Oculta da Universidade*: "Foi-se o tempo em que a atividade de pesquisa era motivada antes de tudo pela curiosidade do espírito, pelo desejo de compreender a natureza, uma espécie de mística da ciência, ou seja, por uma verdadeira vocação de cientistas. Hoje essa atividade se tornou basicamente uma fonte de prestígio. As universidades aí vêem sobretudo um

meio de elevar seu nome e sua clientela. Para muitos professores é um meio necessário e suficiente para uma bela carreira. Eles não se perguntam o que podem fazer pela ciência, mas o que a ciência pode fazer por eles”.

Não se pode negar que a atividade de pesquisa, talvez, a mais espinhosa da universidade em virtude dos condicionantes estruturais que lhe são inerentes. Na maioria de nossas instituições os laboratórios são obsoletos, as bibliotecas desatualizadas, os professores polivalentes e, via de regra, não existe uma política sinalizadora das linhas de investigação viáveis e/ou prioritárias. A indefinição desses balizadores para a pesquisa transforma a universidade num organismo sem identidade, comprometendo sua missão e penalizando a sociedade que não recebe benefícios efetivos. Segundo José Clemente Pozenato, em artigo publicado na revista Enfoque (*A universidade e a nova sociedade*) “*A Universidade poderá tem muitas fisionomias possíveis: ela é um instrumento que deve se adaptar a um projeto determinado, concreto, decorrente da vontade social, de utilização do saber. Sem perder de vista ou, mais exatamente, tendo em vista o projeto da sociedade, deverá a universidade decidir que conhecimentos científicos e que conhecimentos tecnológicos são prioritários*”. Sobre essa mesma questão e enfatizando a missão da Universidade como agente de desenvolvimento, assim se manifestou Henrique Ratter (*In. Pesquisa Universitária em questão*): “*admitindo a premissa de que o conhecimento científico-tecnológico é condição indispensável ao desenvolvimento social, caberia ao poder público formular políticas e diretrizes que lograssem assegurar a relativa autonomia e versatilidade da pesquisa acadêmica e, ao mesmo tempo, preconizar e incentivar mecanismos que permitissem a sua interação com o sistema produtivo*”.

Não se pode ignorar, também, que o excesso de zelo da parte de muitos acadêmicos ao defen-

der a “autonomia científica” dos pesquisadores tanto pode estar revestidos dos melhores propósitos como pode ser somente uma manifestação de descompromisso com as demandas e carências da sociedade. “*A própria comunidade científica tem se empenhado em defender a autonomia da pesquisa, a partir do pressuposto que somente a mais completa liberdade e autonomia da pesquisa, sem imposições ou restrições de ordem econômica ou política, seria capaz de proporcionar à sociedade os benefícios esperados. Esta postura de torre de marfim, no entanto, tem se constituído num dos principais obstáculos ao desenvolvimento de mecanismos e canais institucionais visando intensificar o relacionamento entre a universidade e as empresas*”. (Ratter, H. op.cit)

“A indefinição desses balizadores para a pesquisa transforma a universidade num organismo sem identidade, comprometendo sua missão e penalizando a sociedade que não recebe benefícios efetivos”.

É importante, entretanto, que as iniciativas investigadas independentes não sejam cerceadas sem uma rigorosa e criteriosa avaliação, mesmo quando não forem perfeitamente compatíveis com as linhas de pesquisa traçadas pela instituição, para não se deixar escapar oportunidades inéditas de avanço em áreas não contempladas nos planos e programas preestabelecidos. A banalidade “científica” é quase sempre decorrente da ausência de critérios objetivos e consistentes na avaliação dos projetos propostos e este é um risco que a instituição seguramente pode evitar.

Segundo Kenneth Minogue, “*Milhares de mártires anônimos devem ter morrido para que o homem adquirisse o conhecimento de quais plantas eram comestíveis e quais seriam venenosas*”. (*O Mundo Acadêmico e o Mundo Prático. In: O Conceito de Universidade*).

A banalização da pesquisa, contudo, se constitui hoje numa das maiores fontes de desperdício nas instituições universitárias. Persiste a falsa idéia que todos devem ser cientistas, descobridores, inventores ou literatos, fomentando-se a competição até pela produção de obras mais volumosas onde, muitas vezes, a quantidade de páginas é inversamente proporcional ao conteúdo nelas inseridos. “*O excesso de priorização dado à pesquisa e a cobrança de resultados imediatos levaram à sofreguidão da produção de textos, confundidos com sinônimos de geração de novas idéias, de novos conceitos e descobertas. Neste equívoco, a pesquisa perdeu sentido por ser apenas repetição silenciosa de idéias anteriores, ou simples arrumação de dados ou argumentos para justificar velhas idéias*”. (Buarque, C. op. Cit)

O despreparo e a falta de vocação dos cientistas improvisados leva também à produção de pesquisas menos trabalhosas e de resultados possíveis. “*Como em pesquisa o risco é tanto maior quanto mais se ousa, a maioria dos pesquisadores trabalha nas direções em que acreditem poder encontrar algo, ao invés de se lançar por caminhos resolutamente novos*”. (Kourganoff, W. op.cit.)

Em decorrência de tudo isso, as prateleiras de nossas instituições estão hoje repletas de produção acadêmica vazia em conteúdo e volumosa em mediocridade ●

*EDSON JOSÉ DE CASTRO LIMA é professor de Economia do DECON/UFPI, Mestre em Gestão Universitária.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO A PARTIR DA DÉCADA DE 60

*SAMUEL DA COSTA FILHO

A estrutura tributária que vigorou na maior parte da década de 80, teve sua origem no Sistema Tributário desenvolvido na segunda metade dos anos sessenta. O governo militar adotou medidas que modificaram o padrão de financiamento da economia e permitiram ao Estado não só captar recursos financeiros, mas também, orientar o Sistema Tributário para alavancar o processo de acumulação de capital.

As metas e objetivos dessa reforma foram promover e orientar à política econômica visando os interesses do padrão de acumulação, diminuir as desigualdades regionais e promover o aumento progressivo da carga tributária.

O governo federal concentrou em suas mãos os recursos tributários e a prerrogativa da criação de novos tributos. Enquanto isso, Estados e Municípios tiveram reduzida a capacidade de determinar suas receitas em decorrência da proibição de criar novos impostos, bem como definir alíquotas ou conceder isenções sem consentimento dos demais Estados. O sistema tributário visando compensar a redução de receita dessas unidades, delegou-lhes o direito de recebimento de transferências de recursos federais (FPE-Fundo de Participação dos Estados e FPM-Fundo de Participação dos Municípios) para setores julgados prioritários pelo governo federal.

Inicialmente, os fundos de participação foram criados para beneficiar as unidades de menor poder econômico e compensar a enorme desigualdade fiscal entre elas. Porém, o fundo de participação funcionou como mecanismo para satisfazer interesses das oligarquias dos Estados mais atrasados, que assim garantiam apoio às diretrizes de origem do governo federal.

A via de acesso à fontes alternativas de financiamento (crédito externo e empréstimos internos) permitiu aos governos estaduais e municipais superar os problemas criados com a concentração de poder nas mãos da União.

Apesar dessa estrutura tributária ter vigorado mais ou menos até a Constituinte de 1988, sofreu uma série de importantes modificações ao longo do tempo. Entre os anos de 1977/79 constatamos uma inversão na tendência concentradora de recursos e centralizadora das decisões no âmbito tributário. Aconteceu uma melhoria na repartição dos recursos fiscais entre União, Estados e Municípios, com uma recomposição das alíquotas dos fundos de participação aos níveis preexistentes quando da reforma tributária de 1966, assim como pela extinção das vinculações econômicas.

A implantação do II PND exigiu do Governo um enorme esforço financeiro dado as condições adversas. Essa atitude provocou a fragilização financeira do setor público brasileiro, devido aos crescentes encargos das dívidas externas e internas, da perda de capacidade de auto-financiamento das empresas estatais e das menores receitas tributárias como fonte de financiamento em decorrência das isenções e subsídios governamentais.

Durante esse período, a deterioração das finanças a nível dos governos estaduais foi agravada pela desaceleração da taxa de crescimento da economia, do aumento da inflação, do crescente peso da renúncia fiscal e dos maiores gastos com o serviço da dívida.

O governo federal procurou controlar os limites de endividamento de Estados e Municípios. Todavia, seu papel se resumiu a instrumento de barganha política, com aprovação de novas operações de crédito sujeitas a negociações entre a equipe econômica e os governadores.

Ao longo dos anos 80, progressivamente ganhou força o movimento municipalista defendendo a descentralização dos recursos, que prosseguiu e influenciou na reforma tributária de 1988. A União se opôs a descentralização o quanto pôde. Como o governo federal não possuía apoio, a descentralização se pro-

cessou de forma desordenada por falta de um projeto articulador.

A reforma constitucional somente agravou a disputa entre o Governo Federal e os Estados no que diz respeito a distribuição da receita tributária, dos encargos entre as esferas de governo e no grau de autonomia financeira dos Estados.

De qualquer forma, a reforma tributária de 1988 promoveu a descentralização tributária mediante não somente a ampliação da base de tributos dos níveis inferiores de governo, mas também concedeu uma maior participação de Estados e Municípios nos recursos federais com a ampliação dos fundos de participação, criação dos novos fundos (FAT, FUNDEF e SUS) e proibiu a interferência do Governo Federal na política tributária dos governos subnacionais.

Com isso, o relacionamento intergovernamental passou por expressivas alterações após a publicação da Constituição de 1988. Grande parte das transferências totais que ocorrem hoje possuem elevado grau de liberdade na aplicação, ou seja, o processo de descentralização fiscal possibilitou aos governos subnacionais uma maior autonomia na gestão dos recursos recebidos.

A Região Sudeste gerou, em média, durante o período 1970/79, mais de 70% da arrecadação tributária nacional. Dentre as unidades da Federação, somente São Paulo cerca da metade dos recursos tributários. Acontece que existe no Brasil uma significativa disparidade entre as Regiões, os Estados e os Municípios. A distribuição regional dos recursos tributários é influenciada por essas disparidades, mesmo diante da concentração da base econômica e tributária em algumas Regiões e Municípios da Federação.

Embora todas as economias dos Estados da Federação sejam influenciadas em graus diversos pelos recursos dos três níveis de Governo, o perfil atual da apropriação de recursos mostra que os estados menos desenvol-

vidos são mais dependentes das transferências de recursos federais. Como exemplo desse extremo podemos, a nível estadual, citar na Região Nordeste os estados do Piauí, Maranhão e Paraíba no extremo inferior. Tendo no outro extremo e na Região Sudeste o caso do estado de São Paulo.

Os Estados menos desenvolvidos são ainda influenciados de maneira acentuada pelos gastos da União, sobretudo nas despesas que a esfera federal realiza com infra-estrutura e na área social (educação, saúde, habitação, saneamento básico, trabalho, previdência social, etc.). Observamos também a participação do governo federal na formação de capital fixo (infra-estrutura básica, energia e comunicação) como parte da anterior política de desenvolvimento regional.

O crucial para um país de elevadas desigualdades entre Estados e as Regiões diz respeito a capacidade do sistema de partilha dos recursos entre as unidades de Federação. Uma análise realizada pelo professor da Unicamp Sérgio Prado (1999) a respeito da função redistributiva do sistema brasileiro constata que o efeito relevante de redistribuição se concentra no fundo de participação, afetando fortemente a participação de Estados e Regiões, com o Sul / Sudeste perdendo cerca de 8% que são redistribuídos com o Norte 2% e o Nordeste 6%.

Na partilha e participação dos recursos públicos temos também os municípios com autonomia política e financeira contribuindo com certo peso no montante de gastos públicos. Como sabemos, a nossa estrutura federativa apresenta uma peculiaridade quase que única entre os regimes federativos existentes, que é a definição dos municípios como entes federativos.

O processo de redistribuição dos recursos ocorridos no setor público brasileiro após a Constituinte de 1988 elevou a participação dos municípios no poder de gasto estadual. O sistema tributário então introduzido dotou estados e municípios de maior competência tributária e maior volume de recursos. Os municípios passaram a ter uma maior importância no gasto público local, tanto em decorrência da existência de maior volume de recursos próprios (capitais dos Estados) como pelo recebimento de transferências pelos

municípios das capitais e interior do Estado.

A participação das transferências na receita total dos municípios é tão elevada que nas unidades do interior nunca é menor do que 50%. Até os municípios das capitais apresentam significativa participação, a exemplo de São Paulo que recebe mais de 30% de seus recursos totais em transferências. E, nas capitais dos estados menos desenvolvidos a participação atinge a faixa superior aos 80%, como é o caso de Teresina no Piauí.

Apesar da dependência de governos estaduais e municipais, uma grande parte das transferências totais que ocorrem atualmente possuem elevado grau de liberdade na sua aplicação. Hoje, 90% dos recursos transferidos para níveis inferiores de governo são isentos de qualquer restrições ou condicionalidades. Percebe-se que o formato atual da constituição possibilitou relações intergovernamentais com maior grau de autonomia dos governos subnacionais, superando o quadro de centralização fiscal característico do regime militar.

Atualmente a grande maioria dos governos municipais surgem como um agente basicamente de dispêndio, com escassa responsabilidade arrecadatória, enquanto os governos estaduais executam boa parte do esforço arrecadador dessas unidades. Porém, a elevada dimensão dos fundos de participação dos municípios faz com que a grande quantidade de governos locais tenha como base de seu funcionamento os recursos federais, inclusive induzindo o abandono das bases próprias de arrecadação onde ela apresenta algum potencial.

Assim, a união responde pelas principais funções redistributivas. Nesse ponto o sistema de Fundo de Participação é responsável pela parcela dominante, e a única que tem algum alcance para equalizar a capacidade fiscal orçamentária dos governos subnacionais. Conforme o exposto, o atual sistema brasileiro de partilha sugere um comportamento nitidamente descentralizador ●

*SAMUEL DA COSTA FILHO é professor de Economia do DECON/UFPI, Mestre em Economia pelo CAEN/UFC, Doutorando do Instituto de Economia / UNICAMP.

O Espaço

TIAGO CARDOSO ROSA*

A nova realidade que está vivendo o setor de supermercado, resultado de uma competição acirrada, pode-se observar que os consumidores estão desfrutando de uma conscientização real e isto está possibilitando, na opinião de Pine II (1999, p.67), que "o ato de compra está cada vez mais se dividindo em dois. De um lado, o ato de adquirir bens genéricos (commodities), pelos quais a maioria das pessoas quer pagar o mínimo possível. Esse tipo de produto tende a ser comprado via internet, a preço de atacado. Do outro lado, se os varejistas transformarem suas lojas em 'experiências agradáveis', as pessoas vão querer passar mais tempo nelas, e de bom grado pagarão mais pelo que comprarem".

Quando os pontos de venda dos supermercados oferecem um serviço de qualidade superior, os consumidores se sentindo recompensados, eles não encontrarão no preço a decisão de permanecer no ambiente de compras. O que permite esta permanência são os benefícios agregados que lhes possibilitaram realizar o processo de compra. Acredita-se, que até mesmo com os produtos genéricos isto pode acontecer se os varejistas de supermercados modificarem a forma de vender, acrescentando mais valor ao comportamento de compra do consumidor como, por exemplo, oferecendo condições que torne a sua presença em algo saudável. Isto se efetivando, os clientes desse segmento suportarão um preço um pouco mais elevado

Pine II (1999, p.67-68), explica que nos Estados Unidos, as palavras 'shoppertainment' (mistura de compras e entretenimento) e 'entertailing' (entretenimento e 'retailing' varejo, em inglês) foram se popularizando à medida que os varejistas incorporaram o conceito de entretenimento em seu formato de negócio.

Isto mostra a dimensão do

o de compra no Varejo

conceito de varejo do século XXI, onde as pessoas vão a uma loja não só para realizar o ato da compra de um produto, isto poderia ser efetuado via internet, e, sim transformar este evento em algo emocionalmente agradável. Nesta perspectiva, Oliveira (1999, p.7), argumenta que "a empresa é um organismo em movimento, um organismo vivo, que necessita de atuação, que precisa fazer seu show para atrair espectadores (clientes) e para que eles levem uma boa lembrança do espetáculo". Para fortalecer tal argumento, o autor continua explicando, "a empresa que não é um show, com certeza, terá vida curta, será sempre uma empresa incompleta, que não mexe com os sentimentos do seu público, que não consegue despertar risos ou alegrias"

Os consumidores atuais e mais, principalmente, os do futuro estarão demorando muito mais tempo no ambiente das lojas de varejo que oferecerem emoção no momento da realização de compra. Muitos clientes por mais que antecipadamente defina uma lista de compras dos prováveis bens a serem adquiridos, sua demora no espaço confortável de compra, possibilita a eles uma revisão nessa lista, o que pode ser e, geralmente acontece, um incremento de compra. Esta conduta se verifica não por estarem preocupados com os preços e, sim, com as duas dimensões da qualidade: qualidade dos serviços e qualidade dos produtos, principalmente.

Essa atitude só é realizada porque o consumidor está sendo recompensado, em virtude do ambiente das lojas de varejo que deverão não ter como finalidade somente vender e, sim oferecer alguma surpresa, para tornar esse evento, para o cliente, em algo inesquecível.

A forma de como as lojas de varejo se relacionam com seus consumidores pode garantir essa permanência ou afastá-los. Para garantir esta frequência é neces-

sário transformar essa experiência de compra em alguma coisa que tornem os clientes mais recompensados, agregando a eles uma qualidade de serviço superior, através de benefícios que contribuam para conquistá-los e garantir sua lealdade no espaço de compra desses pontos de venda.

Os varejistas que desenvolverem uma estratégia contemplando somente o preço, como forma de atrair mais clientes, sem agregar nenhum valor, é possível, como diz Berry (1999), rumar para o caminho da decadência. Atualmente, o conceito de valor da experiência de uma compra é que define o sucesso da empresa. As organizações do setor de varejo têm que transformarem seus espaço de compras em alguma coisa parecida com 'festa', onde as pessoas realizem suas compras se divertindo, como explica Pine II (1999), a associação entre varejo e entretenimento conduzirão estas empresas para o caminho do sucesso. Os varejistas têm que oferecerem emoção para que o consumidor se sinta auto-estimado a divulgar os benefícios que essas empresas distribuem para seus clientes, como forma de recompensá-los pela preferência de suas lojas.

Pine II (1999, p.70), explica que o varejista para saber sua posição em relação ao consumidor é preciso se concentrar no 'sacrifício do cliente', que "é a defasagem entre o que um cliente realmente quer e necessita e o que a empresa pode lhe oferecer hoje. Se essa defasagem desaparecer, o varejista terá criado uma experiência inimitável. Em segundo lugar, é preciso investir na surpresa do cliente: deixar de lado a noção de satisfazer as expectativas e passar para uma dimensão totalmente inesperada".

Os varejistas que construirão estratégias dentro da filosofia das 'category killers' - que se caracterizam por ter em estoque todas as mercadorias disponíveis

no mercado na categoria em que atuam, estarão não só oferecendo um serviço de excelência como criando, para o consumidor, uma experiência inesquecível, em virtude desse comportamento possibilitar a redução dessa defasagem entre o que o cliente deseja e o que a empresa tem para satisfazê-lo. Esta atitude conquista o consumidor, e este passa a indicar essas lojas para todas as pessoas, com tanto entusiasmo, que se identifica como se fora um dos 'proprietários' da empresa.

Outro aspecto que envolvem os clientes com as lojas, é encontrar no espaço de compra das mesmas, as surpresas que agregam valor à sua satisfação. Por exemplo, como fazem alguns lojas de supermercado: as datas importantes dos clientes são lembradas com distribuição de presentes. Ainda, estão oferecendo um espaço para as crianças dos consumidores ficarem, enquanto seu pais estão fazendo compras. Estas surpresas deixa na lembrança dos clientes uma recompensa muito forte. Esta agregação de benefícios é o que motiva os clientes a começarem um processo de lealdade com todas estas lojas que procederem dentro da filosofia de está surpreendendo sempre seus consumidores. Inúmeras estratégias que agregue valor ao comportamento do consumidor no espaço de compra nas lojas de varejo, podem ser criadas a um custo que não representa sacrifício financeiro, e, sim provoca um retorno sobre o investimento da empresa muito mais forte, em virtude dos valores agregados que os clientes oferecem a organização como, por exemplo, a sua fidelidade e os clientes que virão em função das recomendações feitas por estes consumidores. Isto está dentro daquela relação de que a conquista de um novo cliente custa \$ 9,00, enquanto a manutenção de um, em torno de \$ 1,00. Observe que o varejista

na conquista de novos consumidores através de clientes já fieis, o desembolso foi o mínimo, pois a propagando nesta conquista foi efetuada pelos antigos clientes.

As empresas que estão sempre criando experiência agradável, e se fizer isto de maneira bem feita, poderão ganhar dimensão regional, nacional e até mesmo internacional.

“ Num futuro bem próximo, varejistas e consumidores serão mais que vendedores e compradores. Serão amigos de ‘trabalho’ ”.

Pine II (1999, p.68), explica que “o comércio varejista deve analisar de que forma cada cliente se relaciona com cada uma das cinco dimensões que constituem a experiência: a visão, a audição, o paladar, o olfato e o tato”. Estas dimensões são os atributos fundamentais para as empresas varejistas conquistarem os consumidores, oferecendo-lhes um cenário que encantem seus olhos, um ambiente musical que permita ao cliente uma força sinérgica que valorize os seus recursos emocionais e espirituais. A higiene e a limpeza fazem parte dessas dimensões. Muitas lojas na Semana Santa colocam seus clientes para pescar seus peixes, selecionando os de sua preferência e vivos. Isto tudo em seu ambiente de compra. Esta atitude representa outra dimensão da experiência agradável no ato de realizarem suas compras.

Os varejistas têm que criarem experiências que conecte o cliente com a marca de suas lojas para quando estas pessoas ao pensarem em fazer compras nessas empresas não se sintam obrigadas a irem, simplesmente porque lhes faltam alguns bens para suprirem suas necessidades naturais ou sociais e, sim vejam no evento uma experiência cheia de

boa vontade, porque ali, além de encontrar tudo de que precisam, irão passar momentos agradáveis. Isto permite ao varejista conquistar mais consumidores através de seus clientes leais, porque eles se tornaram tão bem psicologicamente fazendo compras nessas lojas que os mesmos transmitem este bem-estar aos demais componentes de seu ciclo de amizade.

Contudo, é preciso lembrar como diz Berry (1999, p.58), “no processo de construção de um relacionamento fiel com o varejista, o consumidor mostra a mesma exigência que tem em relação a um produto ou serviço”. A forma como o cliente percebe o varejista é o modo essencial para definir essa lealdade. A maneira desse relacionamento não se prende somente a um ato de compra e ‘cortesia’ e, sim uma série de outras variáveis, como respeito que é necessário para a formalização dessa amizade. Num futuro bem próximo, varejistas e consumidores serão mais que vendedores e compradores. Serão amigos de ‘trabalho’ ●

Bibliografia:

PINE II, Joseph. *A Era da Experiência*. HSM Management, nº 13, ano 3, p.66-70, março/abril 1999

OLIVEIRA, José Lásaro de. *Marketing: A Divulgação é Apenas um Detalhe?* Digalá, nº 10, ano 4, p.6-8, setembro/outubro 1999

BERRY, Leonard. *O Modelo Emergente*. HSM Management, nº 13, ano 3, p.58-64, março/abril 1999

* TILGO CARDOSO ROSA é professor de Economia do DECON/UFPI, Doutorando em Ciências Empresariais pela Universidade del Museo Social Argentino

A ESCRAVID

** CLÓVIS MOURA

Nos últimos tempos historiadores da escravidão tentam fazer uma ‘revisão’ do que foi o modo de produção escravista no Brasil e as causas que determinam sua dinâmica, decadência e extinção. Haveria uma diferença flagrante entre a realidade da escravidão e aqueles autores que a interpretam de forma exagerada. Isto porque eram destacadas nessas obras as formas contraditórias de relacionamento senhor/escravo e expostos os métodos bárbaros usados para que a racionalidade do escravismo fosse mantida em seu nível de produção e a estabilidade social conservada.

Afirmam os ‘revisonistas’ que a escravidão no Brasil foi benigna e proporcionava aos escravos áreas e níveis de negociação (social, cultural e mercantil) o que dava às duas partes em interação a possibilidade de estratégias compensadoras capazes de preservar o escravo dos seus rigores. Por outro lado, proporcionava aos senhores a tranquilidade necessária para exercer seu papel e conseguir níveis adicionais de lucro. Tudo mais ou menos equilibrado e, se não harmônico, pelo menos consensual. Muitos chegam a dizer que os historiadores da escravidão do passado baseavam as suas conclusões nas obras dos viajantes do século XIX. Todos eles europeus, adeptos do trabalho livre e que por isso exageravam a situação do escravo no Brasil.

Em primeiro lugar é generalização inconsistente (talvez por falta de leitura dos seus textos) ver assim a posição desses viajantes. Em segundo lugar, os historiadores do passado, os quais analisaram a escravidão como um sistema cerrado de exploração econômica e extra-econômica, também recorreram a fontes primárias nos seus trabalhos, talvez até de forma mais diversificada e sistemática para tirarem suas conclusões do que os atuais. Muitos dos quais apoiados em uma

ÃO NA ÓTICA DO ESCRAVO *

única fonte generalizam as suas conclusões através da criação de tipologias.

Mas, o problema é outro, como veremos posteriormente. Nessa história 'revisonista' não apenas as relações senhor/escravo devem ser revistas, como, também, os quilombos, pois, para eles, não foram focos de resistência social no processo global de luta de classes, mas módulos de negociação, entre senhores e escravos. Os quilombos seriam um centro de negócios, pois "Entre Zumbi e Pai João o escravo negocia" - Eduardo Silva. Era o quilombo participando ativamente do mercado.

Essa visão 'revisonista' é uma postura ideológica (no mau sentido) contra a existência da luta de classes durante a escravidão. Ou, através de outra forma de expressão: é uma conciliação em nível teórico capaz de dar uma visão de relacionamento orgânico entre o senhor e o escravo, no qual suas funções se completariam sem contradições e confrontos relevantes. Quando muito seriam parcialmente divergentes. Ora o funcionalismo já foi chamado de aplicação do liberalismo à sociologia. E é através desta posição funcionalista que procuram rever a escravidão no Brasil.

Com a vitória do neoliberalismo na esfera econômica, claro que haveria necessidade de sua extensão à esfera ideológica na sua totalidade. Hoje, os historiadores especialmente na área acadêmica, embora não concordem publicamente com "o fim da história", invertem o problema e procuram entender o passado a partir de critérios neoliberais do presente. No caso particular da escravidão no Brasil é só a analogia que eles fazem entre o quilombo de ontem e o papel que eles atribuem aos sindicatos no presente. Ambos são centros de negociações, de barganha, de complementação orgânica do sistema, mas nunca instrumentos de re-

sistência à exploração capitalista, no presente, e ao sistema escravo, no passado. É tão visível analogia entre uns e outros segundo a ideologia neoliberal que nos eximimos de dar exemplos.

Sobre o próprio tráfico de escravos a visão neoliberal tem uma teoria: os escravos que vieram para a Afro-América no fundo dos porões dos navios negreiros tiveram a oportunidade de criar uma nova civilização, foi uma espécie de convite para que eles escolhessem a sua parceria na construção da Disneyworld. Infelizmente, como todo processo social tem o seu preço. Muitos morreram na travessia ou nas fazendas trabalhando. Venceram os mais competitivos e o que conta são os resultados.

Esta ideologia neoliberal está cada vez mais visível na produção acadêmica. E é contra essa tendência de ver-se a História passada pelos valores neoliberais de hoje que se insurge o historiador Solimar Oliveira Lima com seu livro *Triste Pampa - sobre a situação do escravo no Rio Grande do Sul*. O autor abordou o problema da criminalidade do escravo, entre 1818 a 1833. Trabalhou com 112 processos criminais envolvendo 131 escravos-réus. E é sobre esse universo que ele desenvolve sua argumentação e tira conclusões que destoam, ou melhor, desmentem esse relacionamento empático entre senhores e escravos. No particular o professor Mário Maestri, apresentador do livro, situando-o na atual produção de trabalhos sobre a escravidão, escreve: "nos últimos anos, escreve-se abundantemente sobre a benignidade da escravidão brasileira. As relações entre senhores e trabalhadores escravizados basear-se-iam em acomodações, transigências e acordos sistêmicos. Os pretensos horrores dos castigos físicos seriam exageros compreensíveis dos abolicionistas. As condições de vida e trabalho

dos cativos seriam superiores às geralmente descritas.

"Lentamente o cativo perde a pecha de regime despótico, baseado na violência e na coerção física, transmitida pela tradição e revelada por inúmeros estudos historiográficos. Em alguns casos, chega-se a delinear passagens sociais escravistas quase bucólicas. Os cativos viveriam em família, com seus filhos, trabalhariam geralmente pouco e o castigo físico seria quase uma exceção." (pág. 3).

Não é isto, porém, que o livro que estamos comentando demonstra.

O autor, analisando e interpretando o material disponível e no qual se concentrou, chega a conclusões bem diferentes. O autor, estudando a faixa etária desses escravos criminalizados, constata que eles tinham entre 14 a 70 anos. Neste conjunto, "Thomás, aos setenta 'ainda era obrigado a ganhar seu jornal de 21 vinténs por dia'. Outros tinham defeitos físicos. Dentre as cicatrizes 'eram arroladas tanto as adquiridas possivelmente, durante as jornadas de trabalho como os resquícios de doenças com ênfase na bexiga (varíola)'. Dentre os 'defeitos, apareciam calvície, 'doença nos olhos', falta de dedos ou dentes, deformação nas pernas'." (pág. 57).

Sobre a estabilidade e harmonia conjugal (casamentos entre escravos) escreve o autor "a desproporcionalidade entre os sexos foi uma constante no Brasil Colônia, de Norte a Sul. Com poucas mulheres disponíveis e grande quantidade de homens sequeiros de poder e sexo, não fica difícil imaginar o 'caldeirão fervente' que era o Rio Grande. Disputas por mulheres eram constantes e acirradas. A taxa de masculinidade nas chamadas pelotenses, por exemplo, manteve-se, sempre superior a 80%; de 1760 a 1831, alcançou

82,6%; entre 1831 a 1850 chegou a 85,7%, e até o momento da Abolição, atingiu 87,8% segundo informação de Assunção”.

A análise total de escravos-pesquisados expõe uma massa de condenados à solidão, tolhidos da convivência familiar. “Homens e mulheres, fadados a uma vida solitária. Dentre as rés, só uma era casada. Com relação aos homens apenas dez conheceram o matrimônio, um dos quais viúvo. Os dados comprovam que 91% dos escravos viviam sozinhos. Desta forma tudo indica que buscavam soluções e alternativas para o exercício da sexualidade. Aliás, sobre as alternativas sexuais dos escravos, ver por exemplo Mott”. (pág. 69)

O autor analisa também as formas de violência do escravo diante da realidade conflituosa a que estava imerso, o comportamento momentâneo na hora do delito e as possíveis inibições capazes de produzir a agressão.

É um painel dramático que o autor apresenta apoiado nos textos dos processos criminais e que descortina uma realidade nada idílica ou paternal. Pelo contrário. A pena, de 100 a 1000 açoites foram aplicadas, em 85 escravos condenados. Essas penas somaram 40.950 golpes de açoites.

Evidentemente, muitos dos condenados devem ter morrido em consequência da execução das sentenças. A pena de açoite era executada diariamente em parcelas que chegavam até 100 por dia. Esse panorama da escravidão no Rio Grande do Sul vem demonstrar como ela não era nada benigna como estão tentando demonstrar os ‘revisionistas’ da nossa história social. Como diz o autor “Não temos maiores informações sobre o comportamento do Poder Judiciário em outras regiões. Mas, ao que parece, o gaúcho foi um dos mais severos. Como descrito antes foram 40.950 açoites distribuídos como punição, equivalente à média de 2.925 por ano, durante o funcionamento efetivo da Junta, 14 anos”. (pág. 167).

Como se vê por este livro de Solimar Oliveira Lima, o qual surge num momento oportuno como restaurador da verdade, a

escravidão no Brasil nada teve de benevolente, ao contrário dos historiadores e sociólogos de plantão que querem colocar uma maquiagem cor-de-rosa para cobrir a face da verdade. Essa visão neoliberal de ver o passado de nossa história social através dos valores do presente nada mais é, portanto, do que um subterfúgio daqueles que desejam esconder a realidade de nosso passado da mesma forma como procuram esconder a realidade atual. Para eles o Brasil foi neoliberal desde as suas origens●

* *AF ESCRAVIDÃO NA ÓTICA DO ESCRAVO* - Texto extraído, com autorização do autor, da Revista Princípios, nº 53, mai/jun/julho de 1999. Resenha do livro *Triste Pampa - resistência e punição de escravos em fontes judiciais do Rio Grande do Sul/1818-1835*, de Solimar Oliveira Lima, Editora Edipucrs e Instituto Estadual do Livro de Porto Alegre, em 1997. Professor do DECON/UFPI, Solimar O. Lima recebeu o Prêmio Açorianos de Literatura - Categoria Ensaio de Humanidade em 1998 com o referido livro.

** *CLÓVIS MOURA* - Nascido em Amaranje-PI, Clóvis Moura há décadas reside em São Paulo, onde desenvolve intensa vida acadêmica como professor na área de Ciências Sociais. Na temática “Escravidão Negra no Brasil” é mestre incontestante, tendo publicado livros que hoje são clássicos, tais como: “O Negro - de bom escravo a mau cidadão” e “Rebeliões da senzala - Quilombos Insurreições Guerrilhas” ambos editados nos anos 70 pela Conquista dentro da Coleção Temas Brasileiros. Foi Clóvis que desmascarou, contrapondo-se a Gilberto Freyre e outros, a tese de que a escravidão no Brasil foi benigna graças ao ‘espírito cordial’ do Senhor de Escravos. Clóvis Moura é também poeta do primeiro time e teatrólogo, com a peça *Os Demônios* representada pelo Grupo GENT em 1971. Outros livros de Clóvis na temática referida: *A Grande Insurreição dos Escravos Baianos*, *O Papel do Negro na Emancipação da América*, *Revolutas de Escravos em São Paulo* e *O Preconceito de Cor na Literatura de Cordel*.

ASPECTOS RELEVANTES ECONÔMICOS

*MÁRIA DO SOCORRO LIRA MONTEIRO

Na crítica de economia política, Marx buscou trabalhar a natureza da sociedade burguesa e, para tanto, utilizou como objeto de sua investigação, o capitalismo tal como existia à época, para através de análise lógico-histórica-dialética desvendar suas conexões mais profundas

Em sua análise, Marx realizou diversas críticas à Economia Política Clássica, entretanto discutiremos apenas três delas, que reputamos como importantes.

1 - Para a EPC a força motora da riqueza se encontra no egoísmo, como qualidade inata dos indivíduos, e por isso se constitui no centro a partir do qual se constrói a sociabilidade, se edifica a sociedade. Esta qualidade significa que, cada indivíduo ao atender seus interesses particulares, estaria também beneficiando o outro, na medida em que sua atividade e carências dependem da atividade e satisfação dos desejos e carências dos outros indivíduos, dessa forma, a reciprocidade assume a forma de um relacionamento social fundado na lei de troca das mercadorias. De sorte que, todos realizam, sob os auspícios de uma razão invisível - o mercado-, o bem comum de todos.

O mercado surge, então, como algo natural, como produto da propensão natural dos indivíduos à troca. Assim, se a cada indivíduo for garantido a liberdade de agir por conta própria, e o estado não intervir na economia, cada país poderia atingir o pleno desenvolvimento econômico e com ele o bem estar geral da sociedade. É isso que revela o princípio da mão invisível.

Como os indivíduos produzem mercadorias para serem trocadas no mercado, eles se reportam uns em relação aos outros enquanto proprietários de mercadorias, que vendem seus produtos e através da venda obtém aqueles que são necessários à satisfação de suas necessidades. Por conseguinte, esta

VANTES DA CRÍTICA DE MARX À MIA POLÍTICA CLÁSSICA

qualidade os transforma em pessoas livres e iguais. E, para que as diferentes mercadorias possam ser permutadas entre si, elas têm que se referir umas às outras como objeto de valores diferentes, o que termina por levar que as mercadorias sejam vendidas e compradas de acordo com um equivalente geral. Consequentemente, o princípio da equivalência passa a se constituir no fundamento que legitima a própria existência da sociedade produtora de mercadorias. Assim, o dinheiro apaga todas as diferenças entre as pessoas, para considerá-las unicamente como consumidoras/vendedoras, que obedecem unicamente as leis de mercado.

Entretanto, conforme Marx, por trás desse paraíso, se esconde outro mundo, no qual os valores de liberdade, igualdade e propriedade se transformam em seus contrários.

De acordo com a EPC a propriedade capitalista é resultado de um trabalho passado, e por isso o capitalista tem o direito de exigir do trabalhador um valor daquilo que este produz, como forma de recompensa por seu trabalho acumulado, o que significa que esta recompensa não se constitui em exploração.

Admitindo como "verdade" a forma de apropriação da propriedade, Marx imaginou que essa propriedade possa ser representada por uma soma de valor de 1.000 libras. E, que a classe capitalista empregue trabalhadores, que deverão recompensá-la com um lucro anual de 20%, isto é, 200 libras. Ao final de cada ano esta classe receberia 1.000 libras de volta, os quais adiantou sob forma de salário, mais 200 libras a título de lucro. Ao final do quinto ano, o capitalista consumiu todo o capital original e dispõe ainda da mesma soma para reiniciar o processo no sexto ano. A partir de então, tudo se passa como se o próprio trabalhador em-

prestasse ao capitalista o dinheiro com o qual este lhe paga.

Segue-se de tudo isso que a renovação continua do processo de compra e venda de força de trabalho acaba por transformar essa relação numa relação que aparece, do lado do capitalista, como o direito de este se apropriar, sem nenhum equivalente, do trabalho alheio não-pago. Com isso cai por terra o pressuposto do direito de propriedade fundado no trabalho próprio.

Com esta transformação da propriedade, o contrato, se converte numa mera aparência, pois na relação contratual de compra e venda de força de trabalho o trabalhador, comparece nessa relação, como vendedor e comprador de sua propriedade mercadoria: força de trabalho. Assim, desvanece o princípio segundo o qual o contrato é uma transferência recíproca de direitos entre os contratantes, na medida em que só o trabalhador transfere para o capitalista o direito de este explorar o uso de sua força de trabalho. Em consequência disto, a liberdade, e a igualdade não passam de uma ficção jurídica.

2 - A segunda crítica se constitui na ausência de uma teoria sobre a natureza do lucro e do capital. A EPC no tocante ao lucro explicitou apenas que o mesmo aparece como um resíduo, resultante da diferença entre a produção e o consumo necessário para obter esta produção, ou seja, a EPC contentou-se em apresentar considerações sobre as condições de sua elevação ou redução. Já com relação ao capital a mesma colocou, somente, que o capital se resolve como fundo de salário, como fundo de consumo adiantado.

A EPC não percebeu que o desenvolvimento da forma mercadoria para a forma capital envolve necessariamente uma transformação da forma valor que se manifesta, na sua expressão quan-

titativa, valor de troca, devido para a mesma a propriedade se constituir em um estatuto natural, na qual o lucro não se configura como exploração, não é, pois, apropriação do trabalho alheio, mas sim uma recompensa a um acumulado anteriormente de forma individual.

3 - A terceira crítica está relacionada à incapacidade da EPC em reconhecer o caráter lógico-histórico-dialético do capitalismo, derivado da mesma se alicerçar no princípio original da natureza humana - a permuta. Daí o capitalismo se tornar a ambiência natural da vida social, a única forma possível de organização social, para a qual tendem todas as nações. O capitalismo se constitui, portanto, na única condição de existência do homem. Uma sociedade por isso eterna, em que todo homem só pode se reproduzir através da troca. Neste sentido, a sociedade capitalista estaria pressuposta deste o limiar da história da humanidade.

Marx não partiu do conceito de ordem natural como base do sistema capitalista, pois para ele o capitalismo não se constitui no ponto final do progresso econômico, para ele na realidade o capitalismo é historicamente relativo e transitório, se constitui em uma etapa particular das instituições históricas e de uma forma particular de sociedade de classes ●

**MARIA DO SOCORRO LIRA MONTEIRO é professora de Economia do DECON/UFPI, Mestre em Economia Rural pela UFPA e Doutoranda do Curso de Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente na UNICAMP.

A FARSA DA GLOBALIZAÇÃO

**ALFREDO JOSÉ PESSOA DE OLIVEIRA

O termo globalização é um artifício da mídia, no intuito de resumir as principais transformações por que passou o capitalismo nos últimos trinta anos (especialmente na década de oitenta). É o slogan das organizações econômicas internacionais, e em alguns meios acadêmicos significa oportunidade dos mercados emergentes se inserirem na modernidade onde o grande vencedor seria o consumidor. Na verdade não se trata de algo completamente novo e que pegou as economias, principalmente as emergentes, de surpresa, é a mais pura expressão mutante de formas de internacionalização do capital em estágios mais evoluídos.

As principais características das transformações recentes foram:

- a) um novo tipo de relacionamento entre governo e sistema financeiro internacional (devido a persistência dos déficits públicos),
- b) inovações nas áreas da telemática e informática,
- c) novas formas de organizações da produção e do trabalho,
- d) concentração e centralização dos mercados (aumento de fusões e aquisições em detrimento da criação de uma nova capacidade produtiva),
- e) a formação de blocos econômicos (liderados cada um pelos três grandes países da tríade - EUA, Japão e Alemanha) cada vez mais integrados no campo das transações cambiais e financeiras,
- f) interpenetração patrimonial (via aumento de investimento direto externo - IDE- e das transnacionais),
- g) a reafirmação do dólar como denominador comum e moeda guia da financeirização, e a desregulamentação, a descompartimentação e, a

desintermediação financeira.

A emergência de um novo paradigma organizacional-tecnológico e a ascensão das finanças especulativas são elementos constitutivos da recente evolução do capitalismo. Assim, podemos dizer que a inserção dos países latino-americanos, nesta nova fase de expansão dos circuitos de valorização patrimonial e financeiro do capital, foi subordinada aos países centrais e extremamente dependente dos fluxos internacionais de capitais de curto prazo. É preciso entender que nem a estabilização e nem o desenvolvimento estarão automaticamente assegurados com a globalização, e que os Estados-Nações, principalmente os de moeda fraca e mal posicionados na hierarquia mundial, são enfraquecidos e perdem autonomia de gestão macro-econômica neste processo.

A vulnerabilidade dos mercados emergentes latino-americanos reflete-se na ampliação da fragilidade do setor público, na desnacionalização e desindustrialização de suas cadeias produtivas e, no constrangimento do balanço de pagamento que impede um crescimento econômico suficiente para reduzir o desemprego. A inexistência de uma situação fiscal sólida, como por exemplo no Brasil, deixou a estabilização calcada na sobrevalorização da taxa de câmbio nominal e na elevação das taxas de juros, um mix de políticas fundamentais para atrair os "smart money" e aumentar as reservas internacionais, tão necessárias para combater os ataques especulativos. Isto coloca a estabilização sob constante ameaça, além do

que, há o temor da diminuição, ou mesmo interrupção dos influxos de capitais internacionais, na medida em que os "crashes" e a perda de credibilidade vão ocorrendo, seja no México (1994), na Ásia (1997) ou na Rússia (1998).

Os efeitos deletérios não param por aí, mesmo a queda do processo inflacionário acarretou elevados custos sociais, como a recessão e o desemprego. Sob o manto da globalização, muitos governos isentam-se de responsabilidades transferindo-as para a órbita externa, fora do controle nacional, esquecendo de mencionar que a configuração macro-econômica atual é produto do regime cambial e que a entrada de capital, enquanto poupança externa, financia mais o consumo (via elevação do coeficiente de importações) do que o investimento produtivo (que gera internamente maiores níveis de renda e emprego). Portanto, com um certo esforço de reflexão notaremos que a América Latina está inserida de forma crescentemente instável, sob permanente suspeita, com elevado risco de contágio (advindo da má solvabilidade de outros mercados financeiros emergentes), e com dois constrangimentos macro-econômicos adicionais: déficit público crescente e déficit em transações correntes financiado por capitais especulativos! ●.

* ALFREDO JOSÉ PESSOA DE OLIVEIRA é professor do Departamento de Teoria Econômica da Universidade Federal do Ceará, Mestre em Economia, Doutorando do Instituto de Economia da UNICAMP.

NOTÍCIA

O CURSO DE ECONOMIA E O PROVÃO

Por Ricardo Alaggio Ribeiro
Chefe do Departamento de Economia da UFPI

Uma grata surpresa chegou até nós neste mês de dezembro. O nosso curso recebeu nota "B", na avaliação do Exame Nacional de Cursos de '99, o Provão. A surpresa, entre outros fatores, decorre do fato de que esta tinha sido a primeira vez que fomos avaliados, e não possuímos bons parâmetros para julgar o possível desempenho dos alunos na prova. A que nível eles poderiam chegar? Qual foi o esforço de cada um de tentar fazer uma boa prova? O nosso currículo era adequado? Os nossos professores conseguem transmitir os conteúdos programáticos adequadamente? Estas questões estavam em jogo e eram (e ainda são!) objetos de preocupação da Chefia do Departamento, da Coordenação, e penso, de todo o corpo docente e o alunado.

Dediquemos um parágrafo às inevitáveis comparações. O curso recebeu a média 0,531, superior à média brasileira (0,500), superior à média do Nordeste (0,465). Ficamos ligeiramente abaixo da média das universidades federais (0,541), o que era esperado. No entanto, no ranking publicado na Folha de São Paulo (10/12/99) podemos verificar que nosso desempenho foi superior ao das federais do Maranhão, Alagoas, Sergipe, Bahia e Rio Grande do Norte para ficar apenas na nossa região.

Antes de nossa análise, quero reafirmar a convicção de que o Provão, embora não seja suficiente como instrumento de avaliação das universidades brasileiras, trouxe consigo uma salutar disposição dos cursos rumo a um melhor padrão de en-

sino, o que é fácil observar. Neste sentido, devemos incrementar a avaliação interna de cada Instituição, desde o nível básico do Departamento até a IES como um todo. Conhecendo as dificuldades políticas que existem nas universidades federais de aplicação de controles à nível departamental, seria mais efetivo o desenvolvimento de padrões de avaliação a partir do poder maior, impessoal e difuso, que pode emanar dos órgãos superiores da burocracia universitária. Hoje praticamente só existe a avaliação feita anualmente quando do cálculo da GED (Gratificação de Ensino de Docência), claramente insuficiente para tais fins.

Quanto aos resultados do Provão, acho que a atitude correta é receber o resultado com satisfação, mas também com consideráveis cautelas. O retrospecto de outros cursos mostra como em certos casos podem haver violentas variações nestes resultados. Seria importante continuar com o processo de mudança do currículo, que já está em gestação, procurando buscar aqueles pontos fracos apontados pelos resultados e incorporá-los aos programas das disciplinas correspondentes. Seria importante criar uma ou duas áreas de especialização dentro do curso de graduação, de forma a dar maior objetividade e conteúdo ao curso, ao mesmo tempo envolvendo mais os alunos e professores no processo de aprendizagem.

Por último quero parabenizar, os 30 alunos formandos de 1999. Afinal foram eles que fizeram a prova. Afinal foram eles que resolveram positivamente participar da prova. Parabenizo também o esforço da então coordenadora *Profa. Elizabeth Silvestre* de tentar suprir flagrantes deficiências nossas naqueles momentos de certa apreensão que cercaram o teste. A todos vocês os parabéns desta Chefia e de todo o Departamento ●.

INFORMES

● *A inflação do teresinense, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (Custo de Vida) Teresina, registrou em novembro/99 um crescimento médio de 1,45%. O percentual acumulado no ano é de 11,38% e nos últimos 12 meses, 12,29%. A pesquisa, realizada pela Fundação CEPRO, constatou que os grupos responsáveis pelo aumento geral dos preços foram Alimentação e Transporte.*

O grupo Alimentação registrou alta de 2,51 e foi responsável por cerca de 72% do aumento do IPC-Teresina. Os produtos que apresentaram maiores altas foram: abacate - 13,08%, repolho - 10,94%, carne seca - 10,70%, alho - 9,55%, chuchu - 9,43%, peixe da água doce - 7,74%, frango - 7,49%, açúcar cristal - 7,14%, melancia - 6,01%, carne bovina de 1ª - 5,56% e ovos - 5,50%.

A majoração na tarifa do ônibus urbano e o aumento do álcool combustível foram os itens responsáveis pelo aumento de 2,36% do grupo Transportes e Comunicações contribuindo de maneira importante para a formação do índice geral.

● *O custo da Cesta Básica, também calculado e divulgado sistematicamente pela Fundação CEPRO, para o mês de novembro do corrente ano, foi de R\$ 82,13 registrando uma alta em relação ao mês anterior de 0,83%, acumulando uma majoração média nos últimos 12 meses de 4,19%.*

INDICADORES ECONÔMICOS

PERÍODO	INPC IBGE	IPCA IBGE	IGP-M FGV	IGP-DI FGV	IPC-M FGV	IPA-M FGV	IPC-DI FGV	IPC-SP FIPE	IPC-RJ FGV
Janeiro	0,65	0,70	0,84	1,15	0,70	1,05	0,64	0,50	0,65
Fevereiro	1,29	1,05	3,61	4,44	0,97	5,82	1,41	1,41	1,21
Março	1,28	1,10	2,83	1,98	1,19	4,16	0,95	0,56	1,10
Abril	0,47	0,56	0,71	0,03	0,67	0,76	0,52	0,47	0,58
Maió	0,05	0,30	-0,29	-0,34	0,22	-0,70	0,08	-0,37	0,38
Junho	0,07	0,19	0,36	1,02	0,24	0,33	0,65	-0,08	0,80
Julho	0,74	1,09	1,55	1,59	1,12	2,01	1,20	1,09	1,37
Agosto	0,55	0,56	1,56	1,45	0,70	2,24	0,48	0,74	0,56
Setembro	0,39	0,31	1,45	1,47	0,37	2,16	0,19	0,91	0,35
Outubro	0,96	1,19	1,70	1,89	0,55	2,50	0,92	1,13	0,68
Novembro	0,94	0,95	2,39	2,53	1,15	3,26	1,12	1,48	1,62
Acumulado no ano	7,63	8,29	17,97	18,52	8,16	26,06	8,47	8,11	9,70
Acumulado Em 12 meses	8,08	8,65	18,50	19,68	7,95	27,24	8,56	7,98	10,03

Fonte: Gazeta Mercantil

IPC-TERESINA - PESO NA ESTRUTURA E VARIAÇÃO PERCENTUAL
NOVEMBRO DE 1999

GRUPOS	PESO NA ESTRUTURA	VARIAÇÃO PERCENTUAL		
		No mês	No ano	12 meses
Alimentação	41,93	2,51	9,22	9,31
Habitação	13,25	-0,01	14,56	18,47
Artigos de Residência	5,45	0,76	11,46	10,74
Vestuário	8,36	0,36	11,89	14,53
Transportes e Comunicações	11,69	2,36	18,54	20,84
Saúde e Cuidados Pessoais	8,99	0,43	13,68	13,73
Serviços Pessoais	10,33	0,30	5,87	5,37
TOTAL	100,00	1,45	11,38	12,29

Fonte:CEPRO

CESTA BÁSICA - COMPOSIÇÃO, QUANTIDADE E VALOR
NOVEMBRO DE 1999

PRODUTOS	QUANT.	VALOR (R\$)	Variação Percentual	
			No mês	No ano
Açúcar Cristal	3,00 Kg	1,68	7,14	6,33
Arroz	3,60 Kg	2,98	-0,04	-6,58
Banana (frutas)	7,50 dz	15,22	-3,49	31,32
Café em Pó	0,30 Kg	1,86	3,71	12,73
Carne Bovina	4,50 Kg	19,52	4,99	24,17
Farinha de mandioca	3,99 Kg	2,74	-0,70	5,79
Feijão	4,50 Kg	7,14	2,08	-21,36
Leite				
Pasteurizado	6,00 Lt	4,80	0,00	0,00
Margarina	0,75 Kg	2,53	-0,56	10,48
Óleo Vegetal	0,90 Lt	1,43	1,34	5,92
Pão	6,00 Kg	12,00	0,00	0,00
Tomate (verd)	12,00 Kg	10,23	0,00	-21,24
TOTAL		82,13	0,83	4,19

Fonte: CEPRO

EXPEDIENTE:

INFORME ECONÔMICO
ANO 3 - Nº 08 - DEZEMBRO DE 1999
EDITADO PELO DECON/UFPI
COORDENAÇÃO: ECON. ENOISA VERAS -DECON
PROJETO GRÁFICO: PROFA. ELMIRA SIMEÃO
DEPTº DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - UFPI
DIGITAÇÃO/REVISÃO: PAULO CÉSAR ARAÚJO
PROGRAMAÇÃO VISUAL: ENOISA VERAS
TIRAGEM: 1500 EXEMPLARES
IMPRESSÃO: GRÁFICA-UFPI
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CCHL - CAMPUS ININGA - TERESINA-PI
CEP: 64.049-550
FONE: (0xx86) 215-5788/5789/5790
FAX: (0xx86) 215-5697
APOIO: FUNDAPE